



Construção Civil
e
Obras Públicas

Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda.

Alvará n.º 26704

Cont. N.º 502 868 546

Sociedade por Quotas - Capital Social 300.000€
Registo na Conserv. R.C. de Pombal n.º 502 868 546

Rua Professora Estrela n.º 84

MATOS DA VILA

3105-166 LOURIÇAL

Escritório: Tel. 236 961 933

Fax: 236 961 244

E-mail: soteol@mail.telepac.pt

Município de Pombal

Largo do Cardal

3100-440 Pombal

Assunto: “Beneficiação, Reparação e Conservação de Centros Escolares (Construção da Cantina Escolar do Louriçal) Proc. n.º 38/2015”

Alínea a) do n.º1 do artigo 57.º do C.C.P.

ANEXO I

1) Dionísio Cordeiro Ruivo, possuidor do Cartão de Cidadão n.º 06694750 2ZY8, residente em Moita do Boi, freguesia da Guia e concelho de Pombal, na qualidade de representante legal da firma SOTEOL - Sociedade de Terraplanagens do Oeste, Lda., com sede social em Matos da Vila, freguesia do Louriçal e concelho de Pombal, possuidora do Cartão de Identificação de Pessoa Coletiva n.º 502 868 546, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **“Beneficiação, Reparação e Conservação de Centros Escolares (Construção da Cantina Escolar do Louriçal) Proc. n.º 38/2015”** declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2) Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta de Preços*
- b) Nota justificativa do preço proposto;*
- c) Lista dos preços unitários final de todas as espécies de trabalho previstas no projecto e caderno de encargos;*
- d) Um plano de trabalhos, tal como definido no artigo 361.º;*
- e) Um plano de equipamento e plano mão-de-obra;*
- f) Plano de Pagamentos e Cronograma Financeiro;*
- g) Memória Descritiva e Justificativa da Obra;*
- h) Declaração de não apresentação de um preço anormalmente baixo;*
- i) Declaração com Subcategorias de Alvará exigidas;*
- j) Cópia Alvará;*
- k) Cópia da Certidão Permanente;*

3) Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4) Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e o n.º1 do artigo 460.º do presente Código;

g) Não foi objecto de aplicação de sanção acessória prevista na alínea b) do n.º2 do artigo 562.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:

- i. Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
- ii. Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
- iii. Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
- iv. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5) O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de

contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6) Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º4 desta declaração.

7) O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória da privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Matos da Vila, 1 de Julho de 2015

A Gerência,

Diomísio Eudício Rêgo